



ACÓRDÃO Nº773/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11510/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Floriano Maia Viga (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4121/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU. Exercício de 2015.

Alcance. Irregular. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar em Alcance** o Senhor **Floriano Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, referente ao exercício de 2015, no valor de **R\$ 46.774,53** (quarenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), nos termos do artigo 304, incisos II, III e IV, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e § 2º, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE/AM, em razão do montante listado nos itens **17 e 21 da Informação Conclusiva nº. 44/2017**, às fls. 2786/2806 dos autos, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o Órgão Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo no **prazo de 30 dias**, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determinar ao Chefe do Poder Executivo daquele Município que



ACÓRDÃO Nº773/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

- 10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Senhor **Floriano Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, referente ao exercício de 2015, nos termos do artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”.
- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Floriano Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei 2423/96, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto de itens nºs. **02, 11, 13, 14, 16.1, 16.2, 16.3, 17, 18, 19, 20 e 21 da Informação Conclusiva nº. 44/2017 - CI – DICAMI**, às fls. 2786/2806 dos autos, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o Órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ no **prazo de 30 dias** (artigo 174 do RITCE), com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.
- 10.4. DETERMINAR** à Secretaria do Tribunal Pleno que:
- Encaminhe à atual Administração da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.
 - Notifique o Senhor **Floriano Maia Viga**, Diretor-Presidente da EMTU e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.



ACÓRDÃO Nº773/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de Julho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral